

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

• **PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO COLLOR: CENTO E DEZ DIAS DEPOIS**

Yeda Rorato Crusius

• **SEGURO-DESEMPREGO E SUA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO**

José Paulo Zeetano Chahad

• **RENDIMENTOS DECRESCENTES E PREÇO DO CAPITAL**

Paolo Sylos Labini

• **MARK-UP E DESTRUIÇÃO CRIADORA**

Flávio Vasconcellos Comim

• **TEORIA MONETÁRIA DE KEYNES**

Fernando Ferrari Filho

• **ESTADO E PEQUENA PRODUÇÃO**

José Juliano de Carvalho Filho

Ana Maria Castelo

• **RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL (RS: 1889-1930)**

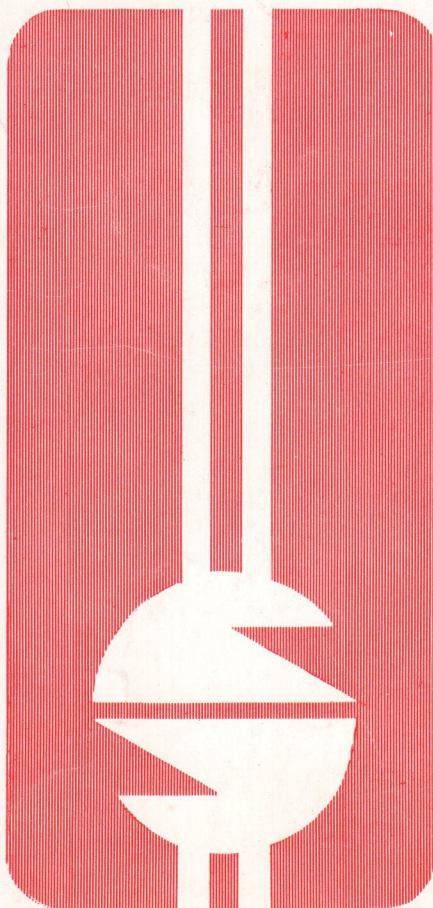
Sandra Jatahy Pesavento

• **CONTRIBUIÇÕES À TEORIA DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL**

Ruy Aguiar da Silva Leme

• **POLARIZAÇÃO E DÊSPOLARIZAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL**

Nali de Jesus de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Tuiskon Dick
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Walter Meucci Nique
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Reinaldo Ignácio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Fel- dens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hick- mann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pin- to, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexan- dre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Rober- to Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Gar- low (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Au- gusto Lanzer (UFSC), Eleutério F.S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andra- de (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza.

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa.

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de ex- clusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52
90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL
Telefone: 25-58-44 ramal 33

RESENHA

A VIOLÊNCIA DA MOEDA. Michel Aglietta & André Orléan. São Paulo, 1990. 426p.

Gentil Corazza*

O que é a moeda? Qual sua gênese? Qual seu estatuto teórico? Por que a moeda é ao mesmo tempo o vínculo social básico e a expressão da violência coletiva? Por que as crises econômicas assumem cada vez mais a forma de crises monetárias?

Estas são as questões fundamentais do livro de Aglietta e Orléan. Para eles, o princípio da sociabilidade mercantil, que explica as relações de troca, deve ser buscado no interior dessas relações e não ser introduzido do seu exterior, quando as mesmas já se encontram constituídas. Entendem eles que tal princípio não pode ser nem o "homem econômico racional", nem tampouco o "trabalho".

A moeda é o elemento fundador da ordem social, entendida como uma "relação social, isto é, um tipo especial de relação entre os homens" (p.79). Em outras palavras, o desafio que se colocam é procurar entender como a violência pode engendrar a ordem social. A explicação dos fundamentos da economia e da sociedade, de sua história e de suas crises como gênese, história e crise de uma "relação social violenta e contraditória" expressa na moeda, constitui o aspecto mais fascinante de "A Violência da Moeda".

Procuram os autores, ao longo do livro, elaborar uma teoria da organização dos processos econômicos sob a égide da moeda, examinando seu papel na própria formação das relações mercantis. Expressam claramente que seu objetivo "é, antes de tudo, demonstrar que é possível construir um modelo conceitual e teórico das relações econômicas tão rigoroso quanto o do equilíbrio geral, mas que rompe radicalmente com o primado do sujeito racional, para substituí-lo pela hipótese da violência social" (p.37).

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS.

A violência expressa-se em instituições e, ao mesmo tempo, as ameaça permanentemente. Procuram os autores desvendar a natureza violenta das sociedades, bem como explicitar as condições de sua emergência histórica, ou seja, elaborar o conceito de violência e em particular a violência das relações econômicas, a partir das contribuições de Marx, especialmente sua idéia de moeda como um modo particular e contraditório de socialização, e também a partir do moderno pensamento da antropologia desenvolvido por René Girard, o qual permite entender a natureza da violência e seus fundamentos.

A primeira parte da obra trata desta elaboração teórica, em três capítulos: o primeiro explica a violência mercantil e suas formas que são associadas às três funções da moeda; o segundo desenvolve a teoria da organização monetária e o terceiro analisa a crise monetária como crise de soberania. A segunda parte do livro envolve análises históricas, como as condições de emergência e desenvolvimento das funções monetárias, a teoria das crises monetárias, o processo da hiperinflação, como expressão da violência da crise monetária. Nos dois capítulos finais desta segunda parte, os autores questionam as vicissitudes da política monetária americana à luz das discussões anteriores.

É na primeira parte do livro que estão desenvolvidos os princípios teóricos sobre a moeda e suas crises. Neles a moeda é vista como portadora da violência social inscrita nas relações econômicas. O desejo de posse ou a violência predadora constitui o impulso fundamental do ser humano. Este desejo de riqueza instaura uma violência primordial como princípio constitutivo da sociedade, o qual se materializa em instituições reguladoras dessa relação violenta. A moeda é a instituição básica, o elemento fundador, o primeiro vínculo social da sociedade mercantil. Neste sentido, "A Violência da Moeda" propõe um novo ponto de partida para a compreensão de uma economia mercantil, onde se produz na base da propriedade privada e onde esta produção coletiva é resultado de atividades individuais de produtores independentes. Nessa economia nada assegura que esses bens correspondam a uma necessidade social. "Portanto, a coerência do conjunto das escolhas individuais aparece de imediato como altamente problemática" (p.80).

Qualquer teoria econômica que pretenda explicar o funcionamento dessa economia defronta-se com uma questão básica: qual o princípio que comanda a socialização dos produtores privados, ou seja, o que regula as trocas entre eles? As ações individuais não são cooperativas, mas conflitivas, uma vez que movidas pelo desejo de apropriação priva-

da da renda e da riqueza. O que neutraliza esse desejo privado de apropriação e torna a socialização possível?

Conforme Aglietta e Orléan, tanto a teoria neoclássica, como a marxista, solucionam o problema colocando na gênese da economia mercantil um princípio cuja lógica é exterior à troca propriamente dita. "Supõe-se que esse princípio exerça dominação sobre as forças destrutivas engendradas inelutavelmente pelo isolamento dos produtores mercantis" (p.80).

Essa forma de encaminhar a resposta, afirmam Aglietta e Orléan, está na base de toda a teoria do valor objetiva ou subjetiva. Postula-se sempre nela a existência de uma lei primordial, quer seja a racionalidade dos agentes privados, quer o primado do trabalho que, para além da anarquia aparente da produção mercantil, impõe-se como um princípio ordenador. Em oposição a essa tese, afirmam que "não existe na ordem mercantil outra naturalidade a não ser a da violência aquisitiva". Se a violência aquisitiva é o fundamento das ações individuais, é nela mesma que se deve buscar a constituição da sociedade mercantil e não num princípio de coesão exterior às trocas.

Para os autores, o conceito de mimese¹ permite entender as formas dessa violência fundamental que constitui a sociedade mercantil. Existe uma lógica própria, a violência mimética que estrutura e confere uma estabilidade relativa às relações mercantis.

A instituição monetária surge, então, como expressão particular desta violência inscrita nas relações mercantis. A moeda se caracteriza por sua natureza ambígua, ou seja, ela é ao mesmo tempo fruto da violência e regra de socialização que se opõe aos conflitos, exterior e subordinada às trocas, como afirmam os autores:

"Ao conceito de transcendência, postulado pela economia política para fundar a sociabilidade, propomos o de ambivalência da relação monetária, qual seja, como terceiro elemento intermediário nos conflitos, que não suprime a violência mimética, impregnada nas trocas, mas lhe confere uma expressão social" (p.81).

Os próprios autores esclarecem a questão polêmica central do livro:

¹ "... contrariamente à sua aparente ingenuidade, o mimetismo é um conceito extremamente complexo. A razão essencial disso é simples: ele introduz no âmago do indivíduo a necessidade imperiosa das relações sociais. ... ele tem a virtude de misturar estreitamente num mesmo movimento individualidade e sociabilidade. A violência econômica procede, então, desse paradoxo: o outro que o sujeito imita é indissociavelmente modelo e rival" (pp. 18-19).

“Os pontos delicados se referem à definição da moeda como princípio de soberania e ao abandono da teoria do valor” (p.15). Ou ainda, de forma mais afirmativa: “Teoria da moeda ou teoria do valor, tal é a primeira opção que comanda nossa análise” (p.16). Se o primordial é o valor, a moeda é relegada a um plano secundário a que se recorre como um recurso a posteriori, ou seja, ela tem uma realidade apenas instrumental, mas não teórica. Não há gênese teórica da moeda, uma vez que ela já é pressuposta. Conforme Aglietta e Orléan, Marx não rompe com esta concepção do valor e da moeda:

“A economia política... faz a coesão mercantil decorrer de um princípio objetivo de complementaridade, ou seja, o valor que une, embora à revelia, todos os participantes da troca. O valor designa uma substância particular... que fundamenta a razão da troca... A moeda, unicamente por sua presença, sustenta uma lógica econômica que não se reduz à ação automática das unidades descentralizadas. A teoria do valor aniquila esta pretensão. O caminho teórico que propomos inverte a ordem das prioridades... (pois) ele parte de uma teoria da moeda da qual procede o conjunto das relações econômicas. (...) A moeda não é mais esse bem neutro, cuja virtude é permitir a realização das trocas predeterminadas, mas, ao contrário, representa um procedimento social coercitivo que regula, freqüentemente de forma violenta, o trabalho dos produtores privados” (pp.15-16).

Se, por um lado, as análises de Aglietta e Orléan sobre a gênese e a natureza da moeda trazem uma contribuição importante para a compreensão das relações mercantis, por outro, algumas de suas conclusões não deixam de ser polêmicas e questionáveis. Em primeiro lugar, não procede a afirmação de que, para Marx, a moeda seja um bem neutro que regula as trocas e, tampouco, que ela seja apenas um epifenômeno, como se lê à página 14: “Os teóricos da teoria do valor trabalho e os guardiões da independência das escolhas do sujeito econômico individual têm em comum o fato de considerarem a moeda como um epifenômeno”. Em segundo lugar, não são claras e convincentes as razões que levam os autores a proporem uma teoria da moeda que exclua a teoria do valor, como princípio regulador das trocas. Que razão fundamenta a alternativa categórica colocada pelos autores: “teoria da moeda ou teoria do valor”.

Contrariamente aos autores, pensamos, da mesma forma que Marx e os clássicos, que o valor seja o elemento regulador das trocas. A necessidade da moeda surge no âmbito das trocas. Nem por isso a

moeda deixa de ser portadora da violência e das crises das relações mercantis. A possibilidade da crise surge justamente na relação M-D-M, pelo fato de que nela o ato da compra está separado do ato da venda.

Estas questões polêmicas, no entanto, não tiram o mérito do livro ao ressaltar um dos aspectos fundamentais da crise econômica contemporânea, a sua face monetária. Como expressão da violência privada, a moeda é portadora de crises violentas. A crise inflacionária atual que assola as economias capitalistas não significa, de acordo com os autores, que haja um excesso quantitativo de moeda, mas trata-se muito mais de um problema qualitativo, relacionado à soberania monetária, ou seja, que a moeda perdeu sua capacidade de regular as relações privadas.

Por outro lado, afirmam Aglietta e Orléan, o fim do processo inflacionário não é simplesmente a interrupção da alta dos preços, mas implica uma reorganização de natureza essencialmente política, em que se redefine a correlação de forças abalada pela crise, de forma que essa nova força política seja capaz de restaurar a soberania da moeda.

Resta esperar que “A Violência da Moeda” desencadeie uma onda de debates sobre as questões polêmicas e atuais que propõe.